

PF cumpre mandados de busca e apreensão no combate ao comércio ilegal de ouro no Pará

(Foto: Polícia Federal/Divulgação)- O crime era cometido por instituições financeiras especializadas que atuavam na compra de ouro procedente na bacia do Tapajós.

A Polícia Federal deflagrou nesta quinta-feira (10) a Operação “Dilema de Midas”, com o objetivo de reprimir a aquisição e comercialização de ouro de origem clandestina nos municípios de Santarém e Itaituba, no oeste do Pará. Foram cumpridos nas primeiras horas da manhã sete mandados de busca e apreensão, sendo três em Itaituba e quatro em Santarém.

Os alvos são empresas e pessoas suspeitas de comprar e “esquentar”, por meio de fraudes, ouro extraído ilegalmente em centenas de garimpos clandestinos na bacia do Tapajós. A operação suspendeu as atividades da Ourominas em Santarém.

Em Itaituba, foram feitas buscas e apreensões de dados e documentos nas sedes das empresas Arnobre Comércio e Indústria de Jóias Ltda, C.Campos Neves e Cia Ltda e Jopa Metais Ltda. Relacionado a essas empresas, um empresário de Santarém foi alvo de buscas em sua casa.

As empresas de Itaituba são postos de coleta de ouro vinculados à Carol DTVM que, como a Ourominas, é uma empresa nacional atuando no setor de compra e venda de ouro. Tanto em Itaituba quanto em Santarém, a movimentação de ouro entre garimpos clandestinos e postos com autorização legal para comercialização do minério é o foco das investigações.

Segundo informações do Ministério Público Federal, que dá apoio à operação, em Santarém, os investigadores concluíram

que, em dois anos, entre 2015 e 2017, o posto de coleta de ouro da Ourominas comprou mais de R\$ 72 milhões em ouro ilegal. Em 2015, 100% do ouro comprado pelo posto era de origem clandestina.

A Justiça Federal ordenou o bloqueio de bens de Raimundo Nonato da Silva, da Ourominas e da RN da Silva Representações, principais investigados nesse caso. Todas as transações comerciais e bancárias foram feitas com utilização do CNPJ da Ourominas nacional. Entre os crimes investigados, há usurpação de bens da União, falsidade ideológica, receptação qualificada e organização criminosa.

A Justiça Federal ordenou o bloqueio de bens de Raimundo Nonato da Silva, da Ourominas e da RN da Silva Representações, principais investigados nesse caso. Todas as transações comerciais e bancárias foram feitas com utilização do CNPJ da Ourominas nacional. Entre os crimes investigados, há usurpação de bens da União, falsidade ideológica, receptação qualificada e organização criminosa.

Investigações

As investigações foram iniciadas após operações de combate a garimpos ilegais de ouro na zona de amortecimento da Terra Indígena Zo'é, uma região no entorno do território indígena onde são vedadas atividades de exploração madeireira ou garimpeira. As operações reuniram MPF, PF, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e Fundação Nacional do Índio (Funai).

Os garimpeiros flagrados trabalhando nas áreas clandestinas revelaram em depoimentos à PF que vendiam o ouro extraído ilegalmente para a Ourominas em Santarém, que exigia apenas o CPF e o RG do vendedor, dispensando as exigências previstas em lei para atestar a origem do ouro.

Os investigadores constataram que a prática de comprar ouro sem documentação de origem correspondeu a 100% do ouro comprado pela Ourominas, no escritório de Santarém, em 2015.

Para fazer frente ao volume de negociações, de acordo com depoimentos obtidos, eram feitos saques diários de R\$ 500 mil.

Dilema de Midas

O nome da Operação faz referência ao Rei Midas, que segundo a mitologia grega, ganhou o poder de transformar tudo que tocava em ouro, porém esse poder acabou se transformando em uma maldição, visto que ficou impedido até de se alimentar, já que tudo o que ele tocava se transformava imediatamente em ouro.



Busca e apreensão na casa de um empresário de Santarém na operação “Dilema de Midas” (Foto: Polícia Federal/Divulgação)



Barras de ouro apreendidas na Operação “Dilema de Midas”, da Polícia Federal em parceria com o MPF (Foto: Polícia Federal/Divulgação)



Armas e munições também foram apreendidas durante cumprimento dos mandados judiciais (Foto: Polícia Federal/Divulgação)

Por G1 Santarém, PA

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP
(JORNAL FOLHA DO PROGRESSO
no (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro)

Site: WWW.folhadoprogresso.com.br E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br